



LEI N° U.458 DE 28 DE fevereiro DE 1992

P U B L I C A D O	
Diário Oficial nº	42
Data	28 / 02 / 92
Assinatura	
Assinatura	

Autoriza o Poder Executivo a contratar parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar parcelamento de dívida para com o FGTS, na esfera da sua competência, através da Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução Nº 042, de 24.06.91, do Conselho Curador do referido Fundo, no valor de Cr\$ 13.224.079.326,69 (treze bilhões, duzentos e vinte e quatro milhões, setenta e nove mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros e sessenta e nove centavos), que serão acrescidos de atualização monetária e demais encargos e cominações legais devidos.

Art. 2º - Para garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS e Fundo de Participação dos Estados - FPE, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta lei.



LEI Nº 4.458 DE 28 DE fevereiro DE 1992

P U B L I C A D O	
Diário Oficial nº	42
Data:	28 / 02 / 92
Jussara	
Assinatura	

Autoriza o Poder Executivo a contratar parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar parcelamento de dívida para com o FGTS, na esfera da sua competência, através da Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução Nº 042, de 24.06.91, do Conselho Curador do referido Fundo, no valor de Cr\$ 13.224.079.326,69 (treze bilhões, duzentos e vinte e quatro milhões, setenta e nove mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros e sessenta e nove centavos), que serão acrescidos de atualização monetária e demais encargos e cominações legais devidos.

Art. 2º - Para garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS e Fundo de Participação dos Estados - FPE, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta lei.

*(Handwritten signatures)*

cia do preceLamamento autorizado por esta Lei.

e Fundo de Particípago dos Estados - FPE, durante o prazo de vigéni

gées de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicagão - ICMS

bre Operações relativas à Circulagão de Mercadorias e sobre Presta

ca o Poder Executivo autorizado a utilizar Parcerias do Imposto so

Art. 2º - Para garantia do princípio de acessos, fí

netaria e demais encargos e cominações legais devidos.

e sessenta e nove centavos), que serão acrescidos de atualizagão mo

tro milhões, setenta e nove mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros

lhar de Cr\$ 13.224.079.326,69 (treze bilhões, duzentos e vinte e qua

Nº 042, de 24.06.91, do Conselho Curador do referido Fundo, no va

tença, através da Caixa Económica Federal, na forma da Resolução

tar parceramento de divida para com o FGTS, na esfera da sua compê

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contra

FACO saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

## O Governador do Estado do Piauí

Autoriza o Poder Executivo a con

tratar parceramento de divida

para com o Fundo de Garantia do

tempo de Serviço - FGTS e

outras providências.

Assinatura	
Data	28/02/92
Número Oficial	42
PÚBLICO	

LEI Nº 458 DE 28 DE Fevereiro DE 1992





LEI Nº M.458 DE 28 DE fevereiro DE 1992

P U B L I C A D O	
Diário Oficial nº	<u>42</u>
Data	<u>28/02/92</u>
<u>Jussara</u>	
Assinatura	

Autoriza o Poder Executivo a contratar parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar parcelamento de dívida para com o FGTS, na esfera da sua competência, através da Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução Nº 042, de 24.06.91, do Conselho Curador do referido Fundo, no valor de Cr\$ 13.224.079.326,69 (treze bilhões, duzentos e vinte e quatro milhões, setenta e nove mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros e sessenta e nove centavos), que serão acrescidos de atualização monetária e demais encargos e cominações legais devidos.

Art. 2º - Para garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS e Fundo de Participação dos Estados - FPE, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta lei.

*(Handwritten signatures)*

Art. 2º - Para garantia do princípio da acessibilidade, fica  
ca o Poder Executivo autorizado a utilizar parceiros do Imposto  
bre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Presta-  
gões de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS  
e Fundo de Participação dos Estados - FPE, durante o prazo de vigé-  
cia do parcelamento autorizado por esta Lei.

Art. 2º - Para garantia do princípio da acessibilidade, fica  
netaria e demais encargos e comissões legais devidos.  
e sessenta e nove centavos), que serão acrescidos de atualização mó-  
tro milhares, setenta e nove mil, trezentos e vinte e seis cruzetras  
lhar de Cr\$ 13.224.079.326,69 (treze milhares, duzentos e vinte e qua-  
No 042, de 24.06.91, do Conselho Curador do referido Fundo, no  
tencial, através da Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução  
tar parcelamento de divida para com o FGTS, na esfera da sua compet-  
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contra-

FAGO saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

## O Governador do Estado do Piauí

AutORIZA o Poder Executivo a con-  
tratar parcelamento de divida  
para com o Fundo de Garantia do  
Tempo de Serviço - FGTS e  
outras providências.

PUBLICADO	DATA
42	28/09/92
Decreto Oficial nº	42
28/09/92	

LEI Nº 4.458 DE 28 DE SETEMBRO DE 1992





LEI N° 458 DE 28 DE Fevereiro DE 1992

P U B L I C A D O	
Diário Oficial nº	42
Data	28 / 02 / 92
Gussano	
Assinatura	

Autoriza o Poder Executivo a contratar parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.

## O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar parcelamento de dívida para com o FGTS, na esfera da sua competência, através da Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução N° 042, de 24.06.91, do Conselho Curador do referido Fundo, no valor de Cr\$ 13.224.079.326,69 (treze bilhões, duzentos e vinte e quatro milhões, setenta e nove mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros e sessenta e nove centavos), que serão acrescidos de atualização monetária e demais encargos e cominações legais devidos.

Art. 2º - Para garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestacões de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS e Fundo de Participação dos Estados - FPE, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta lei.



LEI N° 4.458 DE 28 DE Junho DE 1992

AutORIZA o Poder Executivo a con-  
tratar Parceramento de dívida  
para com o Fundo de Garantia do  
Tempo de Serviço - FGTS e da  
outras providências.

PUBLICADO	DATA
48	28 / 02 / 92
Ministério	

FACO saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

## O Governador do Estado do Piauí

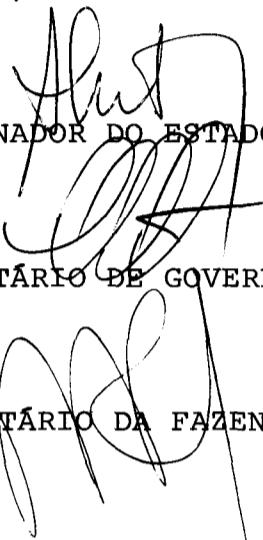
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar parceramento de dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da sua competência, através da Caixa Econômica Federal, na esfera da sua competência, autorizada para com o FGTS, na forma da sua competência, setenta e nove mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros tro milhoes, trinta e nove mil, trezentos e duzentos e vinte e quatro milhoes, setenta e nove mil, trezentos e vinte e seis cruzeiros tor de Cr\$ 13.224.079.326,69 (treze bilhões, noventa e quatro milhoes, dezoito reais e sessenta e nove centavos), que serão acrescidos de atualização monetária e demais encargos e cominações legais devidos.

Art. 2º - Para garantia do principal e acessórios, ficam o Poder Executivo autorizado a utilizar mercadorias, serviços de transportes interestaduais e de comunicação - ICMS e Fundo de Participação dos Estados - FPE, durante o prazo de vigência da parceria autorizada por esta Lei.

Art. 3º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Estado, durante o prazo a ser estabelecido para o parcelamento, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 28 de fevereiro  
de 1992.

  
GOVERNADOR DO ESTADO

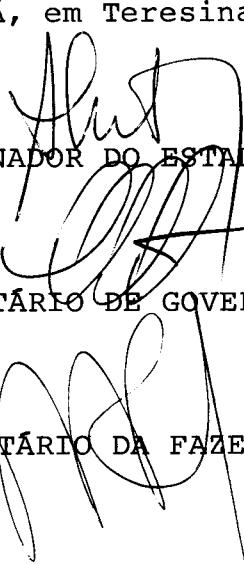
  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

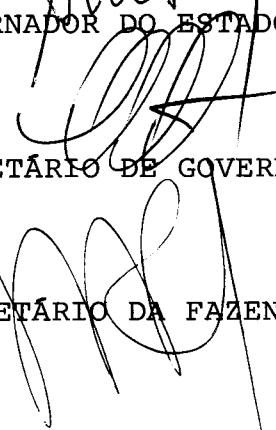
  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Art. 3º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Estado, durante o prazo a ser estabelecido para o parcelamento, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 28 de fevereiro  
de 1992.

  
GOVERNADOR DO ESTADO

  
SECRETÁRIO DE GOVERNO

  
SECRETÁRIO DA FAZENDA